

ENSINO DE HISTÓRIA E TRABALHO AUTÔNOMO: O LIVRO HISTORIA GERAL (1935) NO CONTEXTO DA REFORMA DE FRANCISCO CAMPOS

NAYARA GALENO DO VALE*

Embora não alcançasse muita difusão, a “História Geral: 1ª série secundária e bases para desenvolvimento nas séries seguintes” de N4 e N5, constitui um exemplo interessante do que se tentou fazer, entre nós, há mais de 20 anos, em matéria de compêndios inspirados nas idéias da “educação progressiva”. (HOLLANDA, 1957: 137)

No ano de 1935 foi publicado pela editora Francisco Alves um livro didático destinado ao ensino de História da Civilização. O livro chamava-se *Historia Geral: 1ª série secundária e bases para o desenvolvimento nas séries seguintes*¹ e trazia estampados na capa o nome dos autores Delgado de Carvalho e Wanda de M. Cardoso. A respeito do livro, Guy de Hollanda – autor de uma importante obra de referência sobre livros didáticos de História, publicada mais de 20 anos depois – tece os comentários que podemos ver na epígrafe acima. Percebemos pelo comentário que mesmo passado algum tempo, a proposta da obra ainda mostrava-se “interessante” para o autor do comentário.

Delgado de Carvalho (1884-1980), um de seus autores, foi figura atuante na conjuntura dos anos 1930 nos principais espaços onde se desenvolviam discussões acerca dos rumos da educação nacional. Nessas décadas, esteve engajado em diferentes instituições ligadas ao campo científico e educacional do país e produziu vasta obra abarcando diversas áreas do conhecimento, como a geografia, a sociologia, a história, as relações internacionais e a economia.

Este trabalho pretende analisar a sua produção didática para o ensino de História. Para isso, selecionamos como fonte e objeto o livro *Historia Geral*, publicado pelo autor em 1935, em coautoria com Wanda de M. Cardoso. Assim, buscamos por meio da análise da seção “Tópicos a estudar” e das biografias presentes na obra investigar suas propostas para o ensino de História e a adequação da obra aos programas e diretrizes para o ensino de História vigentes. Buscamos assim, compreender as especificidades do livro didático em questão na época de sua publicação.

* Mestranda em História Social vinculada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ) e professora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. E-mail: nayaraghist@gmail.com

¹ Doravante denominada apenas *Historia Geral*.

Quatro anos antes da publicação de *Historia Geral*, a Reforma Francisco Campos abolira as cadeiras de História Universal e História do Brasil, anteriormente existentes nos quadros do Colégio Pedro II e criara a de História da Civilização englobando os conteúdos das duas cadeiras extintas.

A reforma tentou instituir um sistema de ensino fundado em novas bases, representando o primeiro esforço legal de centralização da produção dos programas de ensino secundário que, a partir dela, passaram a ser expedidos pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. (REZNIK, 1992: 20) Além disso, deveriam ser revistos de três em três anos por uma comissão designada pelo ministro. A reforma elegia esse nível de ensino como um segmento privilegiado de intervenção do Estado e a disciplina História como responsável pela “formação humana” e “educação política” dos alunos.²

Delgado de Carvalho, ao expor seus pontos de vista acerca do ensino de História, chama a atenção para um problema que a seu ver os programas para o ensino secundário da Reforma Francisco Campos buscavam solucionar: o do isolamento da história brasileira frente à história geral, ou como preferia, frente à história da civilização. (CARVALHO, 1934: 5)

Ao mencionar os esforços empreendidos depois da guerra por associações internacionais e pela Liga das Nações “em favor da expansão de um espírito internacional entre os povos”, o autor afirma que o Brasil não poderia ignorar esses esforços empreendidos na Europa. A guerra, que em sua obra é geralmente denominada Grande Guerra, evidenciara a necessidade de inspiração dos professores e manuais de Ciências Sociais – dentre as quais o autor inclui a História – neste espírito. (CARVALHO, 1934: 120)

Delgado de Carvalho postula que a solução para que os manuais de ensino não favorecessem a animosidade entre as nações é que o ensino se fizesse do ponto de vista da história internacional, mesmo que esta não tivesse muitas conexões com a história nacional. Isto é, que privilegiasse a história da civilização. A história nacional ao encerrar lições de patriotismo e civismo só conseguiria fazer uma exaltação, ingênua da

² Portaria de 30/6/1931, do Ministro de Estado da Educação e Saúde Pública. IN: Diário Oficial da União, 31 de julho de 1931. p. 12408.

pátria. Assim, o autor se mostrava um defensor das diretrizes para o ensino de História da reforma posta em vigor em 1931.

No que diz respeito ao mercado editorial de livros didáticos, a nova seriação imposta pela Reforma Campos trouxe um aumento expressivo na produção de obras nacionais. A partir de 1931, tornou-se necessária a adoção de livros que acompanhassem a divisão dos conteúdos para cada série. Tal necessidade forneceu às editoras um novo nicho de mercado: o dos compêndios de diversas disciplinas.

Nas primeiras décadas do século XX, eram utilizados livros estrangeiros para o ensino de quase todas as disciplinas do curso secundário. Algumas empresas editoriais, como a Laemmert se encarregavam não somente da edição e impressão dos livros nacionais, mas também da importação de exemplares estrangeiros. (MARIZ, 2005: 20) No caso da História Universal adotava-se geralmente os compêndios franceses *Histoire de la Civilization* (em dois volumes), de Charles Seignobos e *Cours d'Histoire*, de Albert Malet.

A Primeira Guerra Mundial marca o início de um processo por meio do qual o setor editorial brasileiro foi forçado a buscar uma maior autonomia em relação aos produtos europeus, uma vez que o crédito tornou-se mais difícil e a comunicação com a Europa nos anos de guerra, incerta. Os preços cobrados pela impressão subiram de forma vertiginosa, obrigando os livreiros a buscar a autossuficiência de matérias-primas e tecnologia.

A crise econômica de 1929 promoveu um declínio no total das importações, ao encarecer os livros estrangeiros. A produção nacional de livros escolares, por outro lado, cresceu de forma acelerada.³ Esse crescimento da produção de livros educacionais está ligado à expressiva expansão do número de matrículas nos ensinos primário e secundário. Luis Reznik afirma que se o aumento das publicações voltadas para o ensino primário data do início da República, em decorrência da expansão desse nível de ensino na mesma época, um maior desenvolvimento do mercado editorial de livros voltados para o nível secundário se verifica justamente na década de 1930. Esse crescimento se verifica em virtude do aumento das matrículas proporcionado pela Reforma Campos e do fato de que os alunos desse segmento necessitavam de maior

³Para se ter uma ideia, dos 1.192.000 exemplares produzidos no país ano de 1933, 467.000 eram títulos educacionais e 429.500 eram livros para crianças. (HALLEWELL, 2005: 354-355).

número de livros. Os livros para esse segmento também eram mais caros. (REZNIK, 1992: 153)

O que é importante ressaltar é que a resposta dos editores ao movimento de expansão do ensino nos anos 1930 e 1940, abre oportunidades para novos autores neste mercado em expansão, como é o caso de Joaquim Silva, cujos livros tornaram-se sucessos editoriais no mercado de livros didáticos nas décadas em questão. (REZNIK, 1992: 155) É o caso também de Delgado de Carvalho e Wanda de M. Cardoso, que se aproveitaram da seriação imposta pela Reforma Campos para lançar uma obra voltada para o ensino de História na primeira série do curso ginásial.

Allain Chopin assinala a existência de quatro funções para os livros escolares: função programática, função instrumental, função ideológica ou cultural e função documental. Aqui privilegiaremos a função programática exercida livro didático *Historia Geral*. A obra se apresentava como uma interpretação possível dos programas de História nos quais foi baseado, os da reforma de ensino de 1931. O livro, nesse contexto, visava fazer chegar às salas de aula as prescrições para o ensino de História dessa reforma e se apresentava como uma interpretação possível desses programas. (CHOPIN, 2004: 553)

A obra didática em questão também fornece em sua apresentação documentos textuais e iconográficos, cuja leitura visava fomentar nos alunos o espírito crítico. Choppin aponta que tal função, descrita como documental, é recente na literatura escolar e que apenas pode ser encontrada em ambientes que privilegiam a iniciativa pessoal do aluno. O fato de um livro da década de 1930 visar o favorecimento da autonomia do aluno mostrou-se intrigante, uma vez que pela análise de outros livros publicados na época pudemos perceber que a ênfase em tal objetivo não era comum.

Quando da publicação do livro, Delgado de Carvalho já era um autor reconhecido no mercado editorial de livros didáticos por suas obras destinadas ao ensino de Geografia, enquanto Wanda de M. Cardoso, ao que tudo indica, era uma de suas alunas. Não nos foi possível obter muitas informações sobre a coautora da obra. O que sabemos é que se formou em 1938 no Curso de Formação de Professor Secundário de Sociologia da Universidade do Distrito Federal – universidade na qual Delgado era professor – e que atuou como professora assistente da cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia entre os anos de 1941 e 1945. (FERREIRA, 2006: 152)

O nome de Delgado conferia legitimidade às suas obras, uma vez que personificava uma trajetória construída como professor e autor de livros didáticos. Referendado por essa condição ele escreve aos professores na “Introdução Metodológica” da obra, embora não se reporte diretamente a eles. Essa introdução se destinava a explicar a melhor forma de utilização do livro. O autor sabia que o sucesso de sua proposta de ensino veiculada por meio da obra dependia da atuação dos professores e assim o expõe afirmando que o sucesso ou insucesso do método apreendido no livro “só o professor que fizer a experiência de boa fé poderá responder”. (CARVALHO e CARDOSO, 1935: 7-8)

Circe Bittencourt aponta que o professor era considerado um profissional mal preparado desde o nascimento da escola pública, na primeira década do século XIX, quando o clero deixou de exercer com exclusividade o papel da educação formal. (BITTENCOURT, 2008: 168) Delgado reforça tal percepção quando afirmava, em 1934 que o “magno problema do presente” era a formação do professorado. O autor enfatiza a necessidade de priorizar a formação de professores secundários, totalmente autodidatas até então. Para isso, aponta a necessidade de contratar técnicos no estrangeiro, uma vez que segundo ele, organizar uma escola normal superior sem o auxílio desses técnicos seria, no mínimo, perigoso. As deficiências do ensino seriam em grande parte remediadas pela formação de um verdadeiro “corpo de professores”. (CARVALHO, 1934: p. 22-23)

O reconhecimento da importância do professor para a escolha e utilização do livro em sala de aula e ao mesmo tempo, a preocupação pelo reconhecimento da incapacidade desses profissionais estimulou os autores de livros didáticos a travar um diálogo com estes interlocutores por meio de prefácios, apresentações, prólogos, advertências ou introduções.

Tais discursos “indicavam as diferentes concepções dos autores sobre o conhecimento escolar e sobre as metodologias a serem utilizadas no processo de aprendizagem”. (BITTENCOURT, 2008: 183) Assim, a “Introdução Metodológica” de *Historia Geral* cumpre a função de explicar e justificar cada um dos elementos presentes em seus capítulos e a aplicação do método da chamada “Escola Progressiva”, defendida por Delgado de Carvalho, embora o autor afirme que o detalhamento da concepção já havia sido feito em outras obras de sua autoria. A “Introdução

Metodológica” cumpre a função de manual para docentes cuja formação era vista pelo autor, como precária.

Pela leitura dos conteúdos e Instruções Metodológicas presentes nos programas para o ensino de História da Civilização expedidos pelo Ministério da Educação em 1931, podemos perceber a existência também de uma preocupação em orientar os professores quanto às capacidades cognitivas do aluno e ao seu engajamento no aprendizado da história. O estudo da história, no primeiro ano, de acordo com as “Instruções Metodológicas” que introduzem os programas deveria se fazer de forma “biografica e episodica” com a função de introduzir para o aluno conteúdos que só seriam estudados de forma mais aprofundada nas séries seguintes.⁴

O livro *Historia Geral*, de acordo com a sua “Introdução Metodológica” ainda que destinado à primeira série do curso ginásial, se utilizado corretamente, poderia servir nas séries seguintes, “como um utilíssimo *memento* para a rápida revisão dos pontos do programa destas séries”. (CARVALHO e CARDOSO, 1935: 5)

A dificuldade de tornar o ensino de História acessível aos alunos, principalmente os do primeiro ano do ginásial, que deveriam ter entre 11 e 12 anos de idade, tornava-se patente e é reconhecida pelos programas que chamam a atenção para o fato de que nas duas séries iniciais do curso o aluno não possuía “capacidade para entregar-se a estudos muito abstratos e sistematicos.” A solução encontrada pelos programas foi a de aconselhar “particularmente na primeira série, a história biografica e episodica, que apresentará[ia], afim de melhor despertar o interesse, os acontecimentos da História geral ligados á vida dos grandes homens”.⁵

O professor, por sua vez, deveria restringir o mínimo possível o uso de preleções, visando oferecer aos alunos a oportunidade de realização de um trabalho autônomo no qual os alunos pudessem:

*coligir, fora de aula os fatos históricos referidos no manual de história, ou, de preferência, os que se encontram em forma de fontes, isto é, em biografia, descrições de viagens, poesias, novelas, romances, documentos históricos ou trechos de grandes historiadores.*⁶

⁴ Portaria de 30/6/1931, do Ministro de Estado da Educação e Saúde Pública. IN: Diário Oficial da União, 31 de julho de 1931. p. 12408.

⁵ Portaria de 30/6/1931, do Ministro de Estado da Educação e Saúde Pública. IN: Diário Oficial da União, 31 de julho de 1931. p. 12408.

⁶ Ibidem.

Como forma de incentivar a pesquisa em outras fontes que não somente o próprio livro, a obra traz como sua “maior inovação”, ainda de acordo com sua “Introdução Metodológica” a seção “Tópicos a estudar”. Delgado dedica parte significativa da referida “Introdução” a explicar a função desses tópicos e sua utilidade para o ensino de História.

Os “tópicos”, a serem desenvolvidos pelos alunos na forma de dissertação histórica ou discussão oral mediada pelo professor, eram títulos simples tais como “Religião dos Hebreus”, “Grandes vultos do Renascimento” ou “O absolutismo em Portugal”. Vinham seguidos de apenas uma indicação bibliográfica contendo o nome do autor (ou autores) em forma abreviada (pelas suas iniciais), ou pelas iniciais do título – no caso de ser uma enciclopédia ou uma obra cuja autoria não era identificada, como as da coleção FTD – acompanhados das respectivas páginas da obra referenciada. Como podemos visualizar no exemplo abaixo:

<p>TOPICOS A ESTUDAR:</p> <p>a. O Novo Imperio e a sua decadência [R. B. pgs. 9-10]</p> <p>b. A Religião dos Egipcios [G. R. t. I, pgs. 18-21]</p> <p>c. Civilização egípcia [F. T. D. pgs. 20-21]</p> <p>d. As pirâmides e seus templos [J. C. pgs. 14-21]</p> <p>e. Egiptologia [J. R. pg. 7]</p> <p>f. Cultura intelectual [J. V. pgs. 7-9]</p> <p>g.....</p> <p>h.</p>

Quadro 1 – Seção “Tópicos a estudar” do ponto I – Os Egípcios, da parte de Historia Antiga do livro *História Geral*: 1ª série secundária e bases para o desenvolvimento nas séries seguintes. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935. p. 10. (Biblioteca Nacional)

Seguindo a determinação de reduzir-se ao mínimo possível “o estudo das questões referentes às sucessões de governos e às divergências diplomáticas e á história militar”⁷, os “Tópicos a estudar” de *Historia Geral* trazem temas relacionado a aspectos culturais, arquitetônicos, econômicos e geográficos. Além desses tópicos trazidos pelos

⁷ Portaria de 30/6/1931, do Ministro de Estado da Educação e Saúde Pública. IN: Diário Oficial da União, 31 de julho de 1931. p. 12408.

autores, o livro apresentava alguns espaços em branco para que os alunos definissem também, com ou sem a ajuda do professor, tópicos que julgassem relevantes. No exemplar que consultamos para essa pesquisa, as linhas pontilhadas, destinadas ao estabelecimento de tópicos por parte dos alunos, encontram-se em branco. Não nos foi possível examinar um exemplar usado por um aluno ou professor, para que tivéssemos acesso às “marcas” deixadas por estes no impresso.

Em cada capítulo constam cerca de seis a oito tópicos (embora tal número diminua na medida em que a obra se aproxima da contemporaneidade). A princípio, as indicações bibliográficas deveriam conter apenas onze obras. Nessas indicações, presentes em cada “ponto”, deveriam figurar os livros abaixo listados, referenciados pelas iniciais de seu autor:

Os autores brasileiros eram Oliveira Lima (*História da Civilização*), João Ribeiro (*História Universal*), Jonathas Serrano (*Epítome de História Universal*), José Veríssimo (*História Geral da Civilização*), Gastão Ruch (*História Geral da Civilização*, 3 vols.) e Roberto Accioli (*Synopse de História*). Os autores estrangeiros eram Charles Seignobos, traduzido por D. A. Cohen, que assume a coautoria do *Compêndio de História da Civilização* e o português Raposo Botelho, com a obra *História Universal*.

A coleção era a já mencionada F.T.D., *Elementos de História Universal*, publicada em 1923 e da autoria dos Irmãos Maristas e as enciclopédias eram *O Tesouro da Juventude*, uma adaptação da enciclopédia estadunidense *The book of knowledge*, publicada no Brasil inicialmente na década de 1920 e reeditada em 1958 e a *Enciclopédia e Dicionário Internacional*, considerada a primeira enciclopédia brasileira, organizada pela A. Jackson (empresa norte-americana) e publicada entre os anos de 1914 e 1921. (HALLEWEL, 2005: 367)

As indicações da obra *Historia Geral* tinham a finalidade de complementá-la, uma vez que Delgado afirma que o compêndio não visava ser completo, nem dispensar outras fontes de informação, para que o aluno pudesse construir suas próprias interpretações:

O que visamos, neste método de ensino da história, é preparar um pequeno pesquisador que, sabendo que tudo não se acha em um só livro, procura com o que conhece, metodicamente em outros livros o material para constituir a interpretação pessoal que vai dar. (CARVALHO e CARDOSO, 1935: 7)

A necessidade apontada por Delgado de Carvalho, do aluno “possuir uma base, formada de dados positivos elementares, mas precisos e suficientes de história geral para compreender uma história da civilização”, isto é, “uma história da sociedade e sua evolução, da economia dos povos, dos usos e costumes, das religiões, das idéias, das artes e das literaturas” é o que talvez o motivou a indicar como fontes para consulta obras de proveniências e orientações didáticas tão diferentes. (CARVALHO e CARDOSO, 1935: 7)

Apesar de Delgado afirmar na sua “Introdução Metodológica” que a bibliografia era forçosamente reduzida, pois constava unicamente de livros em português, que deveriam constituir uma “biblioteca mínima” de História Geral a ser encontrada nas salas de estudo das escolas, pudemos notar que o livro de *Historia da Civilização*, de Joaquim Silva não constava nela, apesar de fazer parte do catálogo da Companhia Editora Nacional, desde o ano de 1932, quando era anunciado como a melhor obra do gênero pela editora. (PINTO JUNIOR, 2009)

Talvez, o livro de Joaquim Silva não esteja referenciado justamente por esse motivo, uma vez que, nos anos 1930, a Livraria Francisco Alves vinha perdendo espaço no mercado de livros didático, que até a década anterior liderara, para a Companhia Editora Nacional, que se tornou sua maior rival na produção dessas obras. (HALLEWELL, 2005: 295)

Os livros de Joaquim Silva tornaram-se sucessos editoriais.⁸ Ao que tudo indica, a *Historia da Civilização* de Delgado de Carvalho e Wanda de M. Cardoso, não teve a mesma sorte, uma vez que não encontramos indícios de que tenha sido reeditada nos anos seguintes e suas imagens e mapas foram utilizados nos livros *Historia Antiga e Medieval* e *História Moderna e Contemporânea* publicadas respectivamente em 1945 e 1946 pela Companhia Editora Nacional.

No decorrer da pesquisa, só nos foi possível encontrar um exemplar da primeira edição de *Historia Geral* preservado na Biblioteca Nacional.⁹ A dificuldade de

⁸ Para se ter uma ideia, o livro *Historia da Civilização*, para o ensino de História na primeira série do curso ginásial, no ano de 1942 encontrava-se em sua 29.^a edição. Fonte: Banco de Dados Livros Escolares Brasileiros 1810-2005. <http://www2.fe.usp.br/estrutura/livres/index.htm> (Acesso em 05 jan 2011)

⁹ O exemplar consultado para a realização da pesquisa faz parte do acervo da Biblioteca Nacional e pertenceu ao médico e professor universitário Arthur Ramos de Araújo Pereira. O exemplar foi dado a Arthur Ramos pelo próprio Delgado de Carvalho, como atesta a dedicatória na falsa folha de rosto: “Ao amigo e colaborador Arthur Ramos. Companheiro de afetuoso apreço do colega, C. Delgado de

encontrar outros exemplares em bibliotecas e sebos e o fragmento da obra de Guy de Hollanda escolhido como epígrafe desse trabalho servem-nos de base a essa suposição.

Diferentemente dos livros de Joaquim Silva que reproduziam nos títulos dos capítulos de suas obras os pontos do programa de História da Civilização para a primeira série do curso secundário, o livro de Delgado de Carvalho e Wanda de M. Cardoso trazia títulos originais, ainda que baseados no programa. Delgado afirma na “Introdução Metodológica” que tal disposição foi proposital. Seu propósito era fornecer o mínimo de informação necessária ao aluno de forma a “apresentar em suas linhas muito gerais o assunto, de acordo com a ordem do programa”, pois essa era a orientação para a primeira série do curso secundário. (CARVALHO e CARDOSO, 1935: p. 5)

Não sabemos se tal originalidade auxiliou ou prejudicou a aceitação da obra entre os professores e diretores de escolas secundárias. Segundo Guy de Hollanda a dificuldade de aceitação do compêndio se verificou não somente por parte dos professores, mas também das escolas. Tal rejeição pode ser justificada pela incapacidade das instituições “de proporcionarem aos discentes algo mais que aulas, por professores, quase sempre mal preparados e pagos”. (HOLLANDA, 1957: 142)

A utilização da obra *Historia Geral* pressupunha, além de habilidade do professor para conduzir uma aula na qual a memorização não fosse o foco principal, a existência de uma *Sala de estudo* onde fosse garantido o acesso às obras referenciadas nos “Tópicos a estudar” e a outros materiais de estudo recomendados nas “Instruções Metodológicas” dos programas da Reforma Campos. Segundo Hollanda a existência de tais espaços costumava ser “um mito” nas escolas, nos anos em questão. (HOLLANDA, 1956: 142)

Cumprindo as observações das “Instruções Metodológicas” dos programas de 1931, que recomendavam ao professor estimular nos alunos “os dons de observação” e o “poder crítico”, o livro *Historia Geral* aconselhava a utilização dos “Tópicos a estudar” como “assuntos de *dissertação histórica* escrita” ou “assuntos de *debates orais*, por parte dos grupos de discussão, na aula ou fóra dela”. A primeira forma, segundo o autor era de uso muito disseminado entre os mestres franceses. Os conselhos de redação histórica dados por esses mestres eram, em sua concepção, uma das mais

Carvalho”.

valiosas formas de ensino da escola secundária daquele país. Por meio dessa forma de ensino:

se mantem na sua integral beleza aquele espírito francês, universalmente apreciado, feito de clareza, de concisão e de vigor intelectual que guia o pensamento neutralizando as digressões que o enfraquecem para dar à frase a força, a beleza e a precisão e dela fazer o veículo mais perfeito da ciência humana. (CARVALHO e CARDOSO, 1935: 6)

Entretanto, tinha que se tomar cuidado para que os alunos não recorressem a subterfúgios como a cópia de trechos, ou mesmo de capítulos inteiros. Assim, o autor descreve cada passo da realização do trabalho em grupos, na sala de aula ou fora dela. Por meio desse recurso, Delgado de Carvalho buscava modificar as práticas do aprendizado por simples memorização como era comum até então. O autor buscava levar para o curso secundário práticas escolares de leitura experimentadas no Instituto de Educação, onde também atuava. Não à toa, Delgado de Carvalho foi apontado nas entrevistas realizadas por Vidal com ex-alunas do Instituto de Educação, como o professor que mais incentivava a análise textual. (VIDAL, 2001: 232)

Delgado estava preocupado com a normatização das práticas de leitura e com a instituição do hábito da crítica dos textos entre os alunos do secundário, uma vez que a leitura acrítica não favorecia a reflexão. O recurso à produção escrita na forma de dissertação e ao trabalho em grupo foram os meios que Delgado de Carvalho encontrou para renovar o ensino de História, que nas palavras de Lourenço Filho (1935) era a matéria que apresentava “maiores dificuldades à renovação escolar”, uma vez que não havia consenso sobre sua definição e seus objetivos no ensino e ainda não havia “como realizar ensino ativo sobre coisas do passado”. (FILHO, Lourenço Apud FREITAS, 2007: 166)

Vimos que por meio da combinação da síntese inicial, dos “Tópicos a estudar” que forneceriam assuntos para a realização de dissertações e trabalhos em grupo, de uma biografia e da documentação gráfica, presentes em cada um dos pontos do livro (num total de 61), o livro *Historia Geral* tenta incorporar a recomendação de realização de uma história que fosse ao mesmo tempo “biográfica e episódica” e por esse motivo, sintética. Buscava-se, assim oferecer ensejo para um trabalho autônomo por parte do aluno, guiado pelo professor.

Podemos perceber que a obra *Historia Geral* buscava trazer uma proposta de ensino baseada nos métodos de ensino da escola secundária francesa que apregoava não apenas a memorização dos conteúdos de ensino, mas a realização de um trabalho autônomo por parte dos alunos, guiados pelo professor. Para a realização dessa proposta, o livro trazia não apenas o texto elaborado pelos autores, mas tópicos seguidos de referências que o aluno deveria pesquisar para elaborar a sua própria interpretação. O livro cumpre não apenas uma função programática, nos termos de Choppin, mas também uma função documental, ao trazer para professores e alunos brasileiros, trechos de obras estrangeiras traduzidas, mapas, imagens e também uma biografia de um personagem representativo do assunto estudado em cada um dos pontos nos quais a obra se divide.

A princípio, as indicações de livros nacionais e os fragmentos de obras estrangeiras traduzidas disponíveis no livro *Historia Geral* eram voltados para a utilização dos alunos, entretanto, os autores estavam conscientes do poder da palavra do professor e de sua autoridade em sala de aula. Ao trazer tais materiais em seu livro, os autores buscavam apresentar aos professores obras às quais geralmente não teriam acesso, uma vez que nem todos podiam viajar para a Europa em busca de atualização de suas bibliotecas pessoais e as bibliotecas escolares estavam longe de ter um acervo satisfatório.

Ao fornecer indicações encontráveis em livros nacionais, o livro também servia como uma fonte de consulta para professores que buscavam subsídios para o preparo de seus cursos e aulas. Assim, os autores do livro didático se apresentavam como divulgadores de saberes a princípio acessíveis apenas a um grupo seleto. Afirmavam-se também como divulgadores de novos conhecimentos e interpretações trazidas de bibliografia estrangeira.

Os professores de ensino secundário deveriam ser ensinados pelos livros didáticos, como aponta Bittencourt: “O livro didático explicitava o conteúdo da disciplina e era, ao mesmo tempo, o instrumento pelo qual o professor aprendia o método de ensino a ser utilizado em sala de aula.” (BITTENCOURT, 2008: 179-180) O acesso a tais informações e a sua divulgação para os seus pares colocava os autores desses livros em um lugar superior ao ocupado pelos outros professores de ensino secundário.

Referências bibliográficas:

BITTENCOURT, Circe. **Pátria, civilização e trabalho** – O ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Loyola, 1990.

_____. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CARVALHO, Delgado de. **Metodologia do Ensino Geográfico**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1925.

_____. **Sociologia e Educação**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

_____. e CARDOSO, Wanda M. **História Geral: 1ª série secundária e bases para o desenvolvimento nas séries seguintes**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935.

CHOPPIN, Allain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, pp. 549-566, set./dez. 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a Institucionalização dos Cursos Universitários de História no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Estudos sobre a Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2006. p. 139-161.

FREITAS, Itamar. História e Escola Nova: as inovações do professor Cesarino Júnior para o ensino secundário em São Paulo (1928/1936). **Revista de Educação Pública**. Cuiabá/MT, v. 16, n. 30, p. 163-176, jan.-abr. 2007.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 2 ed. ver e ampl. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.

HOLLANDA, Guy de. **Um Quarto de Século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro**. 1931-1956. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. INEP – Ministério da Educação e Cultura, 1957.

MARIZ, Ana Sofia. **Editora civilização brasileira: o design de um projeto editorial (1959-1970)**. Dissertação (Mestrado em Design). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Artes, 2005.

PINTO JUNIOR, Arnaldo. A (re)construção de memórias nacionais através dos livros escolares: contribuições do professor autor Joaquim Silva na coleção didática História do Brasil. In: **História e ética: Simpósios Temáticos e Resumos do XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009.

Portaria de 30/6/1931, do Ministro de Estado da Educação e Saúde Pública. IN: **Diário Oficial da União**, 31 de julho de 1931.

REZNIK, Luis. **Tecendo o amanhã**. A História do Brasil no Ensino Secundário: Programas e Livros Didáticos. 1931-1945. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 1992.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.